

## **INFÂNCIA E TRABALHO NO MARANHÃO PROVINCIAL – Uma História da Casa dos Educandos Artífices (1841 - 1889)- Autor: César Augusto Castro.**

*IMAGES OF OLD BODIES: THE JOVIALIZATION AND MORALITY OF LISA SKIN*

---

Darlan Mélo 1

---

O autor César Augusto Castro tem um sentimento especial para as questões da educação e da história da educação maranhense. Em 2006, o livro obteve o 1º lugar, termo Erudição, no XXX Concurso Literário e Artístico Cidade de São Luís – Prêmio Antônio Lopes.

O presente livro resenhado destaca a atuação dos governos provinciais do Brasil, inclusive o governo da província do Maranhão, em instituir uma escola que promovesse uma educação assistencialista às crianças pobres com o propósito de formar pessoas de bem e com alguma formação.

O livro divide-se em duas partes, sendo a primeira parte dividida em dois capítulos, e a segunda parte dividida em quatro capítulos, cuja numeração é sequencial.

No primeiro capítulo da primeira parte, o autor faz um histórico sobre as casas de artífices nas províncias do Pará, Piauí, Alagoas, e Ceará ressaltando as leis que as criaram, o público a ser atendido, o corpo e a dinâmica administrativa interna.

No segundo capítulo da primeira parte, tal como o primeiro capítulo, o autor faz um histórico sobre a casa de artífice das províncias do Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba, São Paulo, Sergipe, e Goiás no mesmo intuito do capítulo anterior.

Na segunda parte o objeto do livro: a Casa do Artífices do Maranhão, dividida em quatro capítulos. A organização e estruturação da Casa, a sua organização administrativa e do discente, a dinâmica interna, oferta de disciplinas, exames e premiações são tratados nos quatro capítulos que compõe essa parte do livro.

O primeiro capítulo inicia nos informando sobre as origens das casas dos educandos artífices no Brasil, e que isso se deu na década de 1840 em pleno período imperial brasileiro. O propósito de criação dessas casas nas províncias era de fundo assistencialista em que buscavam recolher meninos que se encontravam em estado de pobreza e menosprezados socialmente, e assim ensinar uma profissão manual. O autor menciona a decisão de analisar apenas os relatórios dos presidentes das províncias na origem dessas casas no Pará, Alagoas e Ceará.

Para início de análise, o autor aborda de uma maneira sucinta que as primeiras iniciativas de educação profissional no Brasil se deu nos primórdios da colonização do Maranhão, prosseguindo para Minas Gerais, sendo elencadas muitas das instituições de recolhimento e aprendizagem de menores tais como a Casa Pia da Bahia e Companhia dos Artífices, destaca ainda a criação de leis e normas para o fim das instituições de formação de menores tal como o regulamento do Estabelecimento dos Aprendizizes Menores do Arsenal de Guerra (datada a sua aprovação em 22/03/1838) em que o autor destaca como importante para o trabalho de pesquisas desenvolvido uma vez que “[...] constitui em referência para a organização das casas dos educandos artífices criadas no Brasil a partir de 1840”. Esse regulamento dispunha da organização administrativa, e as responsabilidades

---

1- Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica – PPGEEB da Universidade Federal do Maranhão - UFMA

de cada pessoa ligado a essa administração, as características delas para que fossem admitidas no quadro de funcionários. Em seguida, o autor menciona também a criação pela Marinha a Companhia de Aprendizes Menores, em que ressalta sua dinâmica interna para desenvolver o trabalho.

Assim, os exemplos advindos dos estabelecimentos militares que recolhiam meninos pobres e desvalidos foram usados pelas casas dos educandos artífices como exemplo a serem seguidos em sua forma de organização pedagógica, moral, e regulamentos.

O autor vai desenvolvendo o histórico das Casa dos Educandos Aprendizes no Brasil começando pela paraense, em que embora haja discordância da data de sua fundação, ela foi a primeira. Assim, são elencadas as atribuições da Casa, o administrador dela; os lugares onde trabalhavam, ofícios exercidos e a quantidade de números de alunos nesses ofícios. Ressalta ainda, as crises financeiras para a manutenção dessa Casa e seu ano de fechamento, e reavivamento sob outra designação, Instituto dos Educandos, que serviu de inspiração para a Casa de Educando Artífices do Maranhão. A esse instituto caberia os cuidados com o corpo, a educação (ofício), e a saúde das crianças.

A inauguração da Casa deu-se no Piauí no ano de 1849, criada com propósitos assistencialistas e prevenção da marginalidade, e ao longo do tempo de funcionamento teve um número crescente de crianças admitidas. Na análise sobre essa Casa, o autor ressalta a existência do registro da vida interna escolar de cada aluno, as mudanças de endereço desse estabelecimento, a relação idade – dificuldade de aprendizagem, as novas oficinas inseridas para aprendizagem, premiações, punições, e a definitiva extinção em 1873.

Em Alagoas, a Casa teve vida curta (de 1854 a 1859) por causa das crises financeiras dessa província, sendo que a tentativa constante em a transformar em colégio agrícola foi concretizada em 1861, pois acreditava-se no “proveito” maior dos educandos desse colégio para a província.

A Casa dos Educandos Artífices no Ceará foi inaugurada em 1857, tendo o padre Antônio Nogueira de Bavesa como diretor no ano de 1860 que tentou com todas as forças remodelar a estrutura física e regularizar a docente, o que conseqüentemente refletiria na saúde dos alunos e aprendizagem dos mesmos, além do aumento da oferta ou manutenção do quantitativo de alunos, mas essa luta foi em vão. Há de se ressaltar que, essa Casa foi pensada tendo como modelo a fundada aqui no Maranhão. Possivelmente, essa instituição teve fim no ano de 1877, devido ao desaparecimento de indicações dela nos relatórios dos presidentes da província cearense, mas em contrapartida vê-se surgir instituições congêneres a Casa.

No capítulo 2, o autor prossegue a análise histórica sobre a Casa dos Educando Artífices nas Províncias do Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba do Norte, São Paulo, Sergipe e Goiás.

No Amazonas, a Casa foi instalada em 1857 e não gozava de confiança pela população, mas isso foi mudando com o tempo. Necessário foi pedir ao diretor da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão o envio de mestres ao Amazonas para ensinar os internos, mas isso não foi atendido a não existência de educando hábeis para isso. A aprendizagem oferecida era direcionada para artes mecânicas e aulas de agricultura, e os educandos dispunham de uma rotina interna (alimentação, tarefas, aprendizagem, religiosidade). Destaca-se ainda as condições físicas inadequadas, e o propósito em auferir vantagens do governo da província através da permanência dos alunos por mais tempo dentro da instituição. Porém, os recursos pouco chegavam a Casa, e com o tempo foi recolhendo-se o propósito para que foi criada, e que a mesma chegou ao fim em 1877. Em 1882, luta-se pelo seu ressurgimento como o nome de Instituto de Educando Artífices, mas grande parte dos problemas persistiam (condições estruturais precárias, falta de vestuário, de material, de acomodações). Então, essa denominação passou a ser substituída por Instituto de Artes e Ofícios (1904) com uma organização nova, porém, com algumas permanências de problemas da denominação anterior. A análise sobre a Casa no Amazonas é deveras extensa devido as ressignificações denominacionais e administrativas, sem, contudo,

extingui-la definitivamente em um determinado momento.

Em cada Casa estudada apresentam-se semelhanças, e peculiaridades. Na Casa do Rio Grande do Norte, fundada em 1858 e encerrada em 1862, e na pouquíssima documentação encontrada, o autor nos diz algumas peculiaridades dessa Casa em que para ser admitido o educando tinha de comprovar atestado de pobreza dada pelo pároco local, e a não admissão de escravos. Também, os pais, protetores ou parentes poderiam solicitar a demissão do aluno ao presidente da província, e no caso de órfãos indisciplinados seriam enviados para o exército ou armada nacional para servirem como praças, sendo esse o castigo mais temido e duro que um educando poderia imaginar e sofrer.

Na Paraíba, a Casa dos Educandos foi criada em 1859, e realmente inaugurada em 1865, sendo a que teve o mais longo intervalo entre esses dois momentos. A caridade deveria ser o guia dessa instituição, já que seria um complemento da Santa Casa de Misericórdia. Destacam-se na análise, o corpo de diferentes profissionais para atendimento na Casa (médico, porteiro etc.), os critérios de admissão dos educandos (a condição socioeconômica, e o estado de saúde). O diretor era controlado por um Conselho Administrativo presidido pelo Inspetor de Ensino, e isso diferia da administração dos estabelecimentos de outras províncias. Apresentando as mesmas dificuldades das Casas de outras províncias, a mesma foi extinta em 1874.

A Casa de Educando Artífices na Província de São Paulo esteve inserida dentro do Seminário de Sant'Anna com o objetivo de pôr fim ao problema de órfãos e abandonados, sendo esse seminário extinto em 1868. A precariedade, a falta de aplicabilidade prática das aulas são motivos que levam à extinção do seminário, e em substituição foi inaugurado o Instituto de Educando Artífices (1874), sendo o que realmente deu existência a Casa dos Educando Artífices. O instituto teve os militares como alguns de seus diretores, e as penas eram demonstradas em uma relação aos educandos. Em 1888, o Instituto de Educandos Artífices foi extinto, pois o "estado das oficinas, das aulas e dos prédios não apresentava regularidade".

Na Província do Sergipe, a Casa dos Educando Artífices propôs em 1856 a sua criação com o fim de acolher órfãos de pais mortos por cólera, e esses recebiam noções de instrução primária e aprendiam ofícios, mas essa boa pretensão nunca saiu do papel. Porém, constatação feita pelo autor demonstram que a proposta de criar a Casa se deu nessa província no ano de 1838, em que os escravos seriam excluídos de frequentarem "mesmo que seus senhores pagassem as despesas". Mesmo assim, a concretude da ideia de implantação não se deu nessa província. Na mesma pretensão de se criar uma Casa dos Educando Artífices em Goiás, porém, isso nunca foi concretizado. Em 1877, teve fim o Colégio Santa Isabel que pretendeu implantar um ensino profissional e catequizante aos índios do Rio Araguaia, o qual pretendia ter traços da Casa dos Educando Artífices.

Na segunda parte do livro, o autor trata especificamente sobre a Casa dos Educando Artífices da Província do Maranhão. No terceiro capítulo (em numeração sequencial à primeira parte), o autor destaca que até ao estabelecimento concreto da Casa, a mesma viveu três momentos até que isso ocorresse em 1841 – aprovação da lei que instituiu a Casa; nesse mesmo ano, o diretor foi à Província do Pará para observar a Casa dos Artífices paraenses e trazer os bons exemplos a fim de implantá-los em terra maranhense, e a abertura da Casa bem como a implantação que a regulamentava. Na Lei que criava a Casa, a Lei n.º 105 de 23/08/1841, dava preferência aos meninos expostos na Santa Casa de Misericórdia com o fim de evitar os males sociais.

Instalados de forma precária, os educandos viram-se à duras penas no início de suas atividades devido às péssimas condições estruturais e de higiene do local, falta de segurança aos internos, de utensílios e de vestimentas. Solicitações de melhorias foram feitas ao presidente da província, mas estas foram pouco atendidas, e assim, a Casa ia sobrevivendo com os poucos recursos, e consequentes cortes financeiros. Com tudo isso, a desmotivação advinda pela ociosidade, pois nem todas as oficinas estavam em funcionamento, contribuiu para que esses educandos fossem enviados para oficinas particulares ou prestarem serviços externos.

A falta de recursos fez com que se estabelecesse uma check list dos meninos que poderiam ser demitidos, embora essa atitude tenha gerado contestação de algumas pessoas. Assim, a apelação por recursos financeiros foi feita à Assembleia Provincial, o que não foi atendido; porém, a captação de recursos voluntários de pessoas foi atendida em forma de herança sendo estas seguidas conforme regulamento. O capítulo 3 encerra abordando a dinâmica interna da Casa (tempo de aula, da alimentação, da religiosidade, e cuidados com as vestimentas), o corpo administrativo e respectivas ordens e funções, os códigos de ordens dados pelo número de badalas das sinetas e prontamente seguidos pelos internos

As duas faces da moeda podem ser vistas no capítulo 4, em que os educandos além de “direitos” tinham também deveres, e caso estes não fossem seguidos haveria punição para aqueles que os transgredissem os regulamentos da Casa (castigos físicos e morais).

Para ingresso, a criança deveria possuir um pré-requisito (um deles era ser proveniente da Santa Casa de Misericórdia) e um encaminhamento dado por autoridades; o que se dava também por diversas influências junto ao presidente da província. Os critérios de admissão se davam pela condição social (pobreza), faixa etária (8 a 12 anos) e cor (branca ou de cor clara); porém, algumas exceções eram feitas à admissão de crianças negras.

No que diz respeito às contravenções dos educandos e atos punitivos podemos ver que as regras incumbidas aos internos possuíam o propósito de normatizá-los no propósito de cidadão que se queria formar. Assim, os educandos deveriam obedecer a regras estando eles dentro da Casa ou fora dela, em que eram instituídos a eles uma ordem de punições, e até prisões eram cogitadas. As agressões físicas dos internos se faziam individualmente ou em grupos e o direcionamento delas era contra diferentes alvos (contra educando, instituição, diretor, mestres e professores), acabando com a harmonia que nós leitores acreditávamos que existia na Casa. Os instrumentos punitivos eram vários (palmatória, cipós, etc) e dados conforme a idade do educando (crianças menores e maiores), e caso essas punições não surtisses efeitos, a última alternativa seria a expulsão da Casa.

Desvios sexuais são mencionados no texto cometidos tanto pelos educandos como por pessoas da administração da Casa, e que por acometimento desordenado na vida sexual acabam sendo acometidos de doenças venéreas. Os cuidados com a saúde e higienização dos corpos dos educandos também são relatadas no presente capítulo, bem como a relação de doenças acometidas por esses internos e os tratamentos destinados a eles.

Os processos de ensino e aprendizagem contemplados na Casa dos Educando Artífices do Maranhão em que contemplava: prática de leitura, escrita e cálculo, e os saberes necessários para a constituição da mão de obra manufatureira. Além disso, existiam as aulas de música, embora não fosse ligada diretamente ao propósito da Casa, e o procedimento dessas aulas (horários, designação de auxiliares do professor, instrumento de punição nas aulas, o proceder com cada aluno e sua aprendizagem, aquisição/falta de materiais escolares e móveis) era o que dava dinâmica ao ensino dos educandos. Havia também a divisão em graus conforme o conteúdo ensinado, e um “reforço escolar” dado pelos alunos mais adiantados na disciplina para aqueles com maior dificuldade de aprendizagem.

Existiam também algumas disciplinas ministradas na Casa estavam subordinadas ao Liceu Maranhense, e essas aulas também poderiam ter a frequência de alunos externos. A aula de escultura e mecânica aplicada às artes deveria ser ministrada por um professor que obedecesse a requisitos prévios (aspectos morais, profissionais e judiciais), tendo esse professor a incumbência a cada semestre de informar o andamento escolar de cada aluno. O conteúdo dessas aulas foi contestado por não atender ao propósito da Casa, e representava muitos dispêndios financeiros, sendo a referida disciplina extinta em 1859.

A aula de Geometria e Aritmética aplicada às artes também foi ministrada na Casa, e constituía disciplina de interesse, e outrora não foi implantada devido à inexistência de professor habilitado no Brasil. Requisitos prévios eram necessários (saber ler e escrever corretamente, e dominar as quatro operações matemáticas), alternância do horário das

aulas, e local mediante conveniência do professor, e ao final era dado um certificado de habilitação. Em 1869, a disciplina foi transferida para a Casa de Fundação, o que gerava incompatibilidade de horários, mas isso foi resolvido mudança do horário de atividades da oficina e frequência às aulas. Por falta de sucessor da disciplina, já que o professor se aposentara, a disciplina foi extinta em 1883.

As aulas de ciências naturais, foram criadas com vigor mas logo demonstrou o seu enfraquecimento devido à falta de materiais necessários e altos custos para adquiri-los além de não haver um espaço físico para comportar os equipamentos. A aula de agricultura teve suas idas e vindas, e foram consideradas como não prioritárias para os artífices, sendo essa disciplina escolar e a de ciências naturais extintas em 1870. Outras disciplinas passaram a ser cogitadas para serem lecionadas aos educandos: o francês e geografia, mas sofreram duras críticas pois não iam ao encontro “do verdadeiro fim da instituição”.

As aulas de atividades musicais ganharam grande plausibilidade, pois o autor nos informa que “auxiliaram na formação dos educandos e proveram, por muitos anos, a instituição de seu principal complemento financeiro, que ajudava a reduzir os gastos dos cofres provinciais com alimentação, vestuário, medicamentos e pagamento dos funcionários da Casa”. Esse intuito financeiro já era pensado desde a sua criação, e no início os instrumentos usados eram de empréstimo de uma instituição militar. Em 1848 ela foi regulamentada, e nesse regulamento instituía o rateio financeiros dos lucros advindo pela apresentação dos músicos, a incumbência do professor, o horário e o local de apresentação, bem como o valor pago em cada ocasião em que a banda se apresentasse (bailes, enterros etc.). Em 1851, foi criada a cadeira de música constituindo matéria disciplinar como as outras, a banda auferiu lucros a Casa enquanto esta existiu.

No último capítulo, o autor nos fala sobre a importância da Casa, as transformações advindas devido à política, a social e econômica pela qual o Maranhão atravessava em cada momento. As oficinas criadas e desenvolvidas na Casa objetivavam a ela ganhos financeiros, devido aos poucos recursos vindos do governo; e na organização dessas oficinas havia uma distinção das atividades direcionadas aos meninos brancos e os de cor.

O funcionamento e a organização do ensino das artes na Casa tinham regras explícita e implicitamente tal como a distinção entre mestre e professores, as suas respectivas responsabilidades, a forma de condução das aulas, seus privilégios, atribuições, e a formação exigida. Em 1844 foi criada a primeira oficina dentro da Casa, sendo essa criação devido aos problemas de aprendizagem mecânica dos educandos em oficinas particulares, e a primeira delas foi a oficina de espingardeiro como o intuito de armar o corpo de polícia contra revoltosos. Apesar de poucos recursos, essa oficina se manteve cambaleante, situação que ocasionou a criação de mais oficinas que alocassem menos gastos financeiros (oficina de sapateiro, e de alfaiate). Com o tempo algumas dessas oficinas se fundiram com outras, e o número de educandos atendidos começou a diminuir.

As premiações dadas aos educandos são ressaltados no livro, e diferentes critérios eram observados (destaque nos ofícios mecânicos, nas aulas e comportamento moral), sendo a premiação feita em solenidade dentro da Casa e com presença de representantes da sociedade local e de outras instituições que recolhiam menores.

Os exames tinham horários diferenciados na Casa conforme o tipo de aprendizagem pretendida, pela manhã eram verificadas a das aulas teóricas, e à tarde a das oficinas. Os resultados então, eram enviados ao presidente da província, e após, divulgada a lista em jornais de grande circulação em São Luís. A avaliação das oficinas externas requeria deslocamento da banca examinadora até ao local, o que dificultava o exame, e sua consequente não realização.

Os exames fizeram com que a Casa ganhasse notabilidade na sociedade ludovicense, e ascensão sócio educacional dos educandos uma vez que saberes como geometria e aritmética “seria o elemento formador capaz de transformar um menino desvalido em um homem probo”. Dessa forma, o corpo administrativo passou a ter uma preocupação centralizada com relação à premiações, passando a se fazer grande pompa também nas exposições da Casa. O declínio sobreviera sobre a instituição de maneira

paulatina ao passar dos anos, e em 1889 houve a completa extinção do estabelecimento.

Ao terminarmos de ler o livro sentimos desapontamento no sentido de a Casa dos Educando Artífices do Maranhão não ter proporcionado um ambiente saudável, agradável, e estimulante àquelas crianças.

O autor mexe com nossos sentidos e emoções, e uma vez ou outra sentimos o odor do ambiente sujo, a luz do sol penetrando as estalagens, o enfrentamento dos sonhos frustrados.

Percebe-se no livro que as autoridades pouco se importavam (na verdade, havia da parte delas uma preocupação “verniz”, figurativa) com as crianças pobres e desvalidas. E isso se refletia nas condições físicas, de higiene, a falta de material escolar, pouca alimentação, em que tudo era muito reduzido ou nada existia. Nos dias atuais, nota-se ainda a persistência dessa preocupação “verniz”, em que muitas escolas públicas municipais há professores, mas as condições precárias das escolas desestimulam, na maioria das vezes, o ensinar e o aprender.

No decorrer do livro, o autor César Augusto Castro soube organizar, e agregar de uma maneira prazerosa as diversas fontes para construir o que ele tinha como propósito: o desenvolvimento histórico sobre a Casa dos Educando Artífices no Maranhão, o que torna a leitura agradável. Falar dessa Casa, é falar de sonhos, de dores, de esperança, de solidão, de tristezas, e de luta das crianças pobres crianças do ontem e do hoje.

## **Referência**

CASTRO, César Augusto. **Infância e Trabalho no Maranhão Provincial** – Uma História da Casa dos Educandos Artífices (1841 - 1889). São Luís.

Submetido em 15 de janeiro de 2020.

Aceito em 13 de abril de 2020.